

cedente. Deus não morre, mas é adaptado para a Terra (TdA, p. 186). Descristianizar a ética, a política, mas também a própria laicidade é também tarefa da ateologia (TdA, p. 187), e isso passa pelo trabalho sobre o pensamento de uma época (TdA, p. 185), criar condições para a emergência de uma episteme pós-cristã: viver sem Deus, sem Moral. O percurso realizado por Michel Onfray em seu materialismo hedonista busca estabelecer-se em direção ao júbilo e ao enfrentamento contra o ideal ascético e contra os laços que a religião propõe (P&R, p. 63). O *condottiere*, radicalmente ateu, inscreve-se no real diante de si, negando qualquer forma de transcendência, o que lhe vale é a matéria percorrida por fluxos de energias e forças. Seu desígnio é confrontar-se com o que diminui sua potência e tenta enfraquecer sua luta, para, enfim, encontrar seu caminho (P&R, p. 60).

misérias nas parcerias antiviolência | edson lopes*

Cecília Coimbra. *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor e Intertexto, 2001, 275 pp.

A ocasião da Operação Rio, como mostra Cecília Coimbra, reinsereu e promoveu a imagem de uma deman-

* Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisador no Nu-sol.

da popular por intervenção das Forças Armadas pós ditadura militar. Remete diretamente à “preparação do espírito da população”, observada nas mídias divulgadoras de uma fabricação do cotidiano, dos comportamentos criminalizáveis e dos fatos resultantes das ocupações de favelas. Nesse sentido Cecília Coimbra insiste no que chamou de participação da imprensa — no caso, da pesquisa, principalmente o jornalismo impresso — na criação do imaginário popular da segurança.

Os fatos que interferiram na construção da Operação Rio, ultrapassaram o convênio estadual e federal, também nomeados de “convênios antiviolação”, que contemplou diferentes ações conjuntas entre a polícia e as Forças Armadas — que hoje, no contexto dos atuais projetos de segurança e do PAC, são chamados de segurança integrada, com suas inúmeras licitações e parcerias entre os governos, empresas e entidades do setor civil — em favelas dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. O livro de Cecília Coimbra encontra-se esgotado e sua reedição é urgente e atual à medida que aponta que toda a indignação que se espera de cada um intensifica novas demandas de segurança baseadas na seletividade que opera pela criminalização de comportamentos associados ao pobre, ao favelado e morador de periferias, gerando uma intensificação de adesões a qualquer programa realizado, seja pelo exército, como na Operação Rio, ou pelas atuais polícias comunitárias ou tropas de elite, mesmo que resulte em “torturas e desaparecimentos enquanto um destino inexorável daqueles que desafiam as leis vigentes” (p.250), para os quais se espera de antemão que a prisão dê conta da vida.

Diferentes acontecimentos buscavam dar conta de uma explicação política para a Operação Rio, conformando concepções que se objetivavam na construção de uma “opinião pública”, referendada pela retórica de especia-

listas. Estampava-se, no período, como ainda se estampam hoje, números de homicídio, corrupção policial, corrupção envolvendo o executivo estadual, escândalo do jogo do bicho, torturas, denúncias, seqüestros, tráfico, roubos de armas, como condições alarmantes. Editorias de jornais, cartas de leitores, manchetes, notícias, documentos de entidades de direito divulgavam o material em que a autora levantou diversas pressões, indignações e aprovações em torno da moralização das forças policiais, intervenção das Forças Armadas e contenção do avanço da periculosidade associada às classes populares — muitas vezes responsabilizadas e culpabilizadas pela sua miséria e comportamentos.

Dos medos gerados pelos negros escravos e alforros no Rio de Janeiro no século XIX, ao fenômeno Copacabana da década de 1930, o endosso dos ‘pobres descendentes’ da política trabalhista varguista, e a continuidade da política urbana na administração de Carlos Lacerda e da ditadura militar, a autora percorre um histórico de racismos, moralizações, ressentimentos, e, principalmente, dispositivos modelares, que a despeito da “melhora das condições de moradia e vida dos habitantes mais necessitados” (p.117) e das políticas praticadas “em nome dos pobres, humildes e ‘desassistidos’” (Idem), removeu e estigmatizou uma miséria, que apesar da lotação das prisões, chacinas, genocídios e extermínios diários, não são garantia de segurança. As favelas crescem, as violências não cessam e os convênios antiviolença se desdobraram em políticas integradas, com responsabilidade social de cada empresa ou cidadão, com PAC ou sem, pretendendo, hoje, elevar as periferias e favelas a comunidades seguras e com qualidade de vida, com índices de desenvolvimentos favoráveis, participação popular, multiplicação de projetos preventivos — com em-

preendedores e coordenadores elevados a elite local — e muita polícia.

Hoje, os pactos antiviolência vigoram na relação integrada entre polícias no que tange à formação, atuação e compartilhamento de inteligência, sob os mesmos motivos de combate à corrupção e à impunidade de 1994 e 1995. Tal como Coimbra alia a Operação Rio e a atuação do exército ao mapeamento da atuação e distribuição dos movimentos sociais e cotidianos das favelas, as atuais alianças e integrações de sistemas de justiça, criminais e de programas sociais, permitem que se compartilhem e alimentem bancos de dados em torno da atuação e ampliação da participação popular, avaliação, denúncia e distribuição de crimes por região, operando um controle eletrônico indispensável para a segurança integrada, em nome de atual convênio e novidade em tecnologia antiviolência, como apontam os planos de segurança.

As intervenções que, como aponta Cecília Coimbra, operam por anúncios do crescimento da violência em níveis “insuportáveis” para o Rio de Janeiro e falta de controle do governo estadual sobre esses níveis, ou hoje, justificadas como ausência de Estado, são a gestão de números e índices de criminalidade que não se alteram, e anunciam inúmeras agressões, crianças revisitadas e rendidas, casas invadidas sem mandatos, revisitas, presos clandestinos, mandato de prisão em branco, torturas e desaparecimentos. Para os quais o debate acerca dos “excessos” ou meros “deslizes eventuais”, fortalece novas pautas e projetos sobre a estigmatização das populações, moralização das polícias e sobre a imagem das parcerias e das forças militares em condições em que atitudes são necessárias quando se trata de violência e narcotráfico.

Segundo a autora, três mitos são construídos em torno da questão da violência, ou tomados como herança da ditadura militar. O mito de que há uma guerra civil em curso, o mito da incorruptibilidade das Forças Armadas, e o mito da banalização das práticas de desaparecimento e tortura — para que funcione de forma azeitada, produtiva, foram, e ainda são, necessários inúmeros profissionais como psicólogos, psiquiatras, médicos leigos, advogados, dentre outros técnicos em humanidades. Os desdobramentos da guerrilha urbana da ditadura resultaram na imagem da cidade sitiada pelo narcotráfico, combatido como política nacional e internacional, armado e recrutador de crianças e jovens. O inimigo interno transformado de subversivo a criminoso comum, personificou-se na guerra civil, cujo tema foi elevado à prioridade — como desdobrava-se na ditadura um “estado de guerra” — em qualquer pronunciamento de autoridades — que também reconhecem publicamente sua incompetência diante dos fatos — e documentos institucionais como nos planos nacionais de segurança de 2000, 2003 e 2007, sob o título de guerra ao narcotráfico, combate contra a violência, ou nos equivalentes projetos de paz provenientes de organizações da sociedade civil como Sou da Paz, Instituto São Paulo Contra a Violência, Rio da Paz, Viva Rio, etc; no âmbito internacional, como no Programa de Cultura de Paz; e no âmbito nacional como em novos programas voltados para formação humanitária de polícias. “Ela (a guerra) justificaria, pois, o uso abusivo e violento de “medidas de exceção” que devem ser necessariamente adotadas já que não estaríamos vivendo um período ‘normal’ de nossa história” (p.185). As pessoas acreditam tanto que vivem numa guerra civil, como se convençam de que torturas jamais existiram — como são negados sistematicamente pelas autoridades envolvidas nas intervenções — ou de que os extermínios são justos

ao se tratar de bandidos, traficantes e marginais, comparando-os a faxinas, declarando, assim, também, seu amor à cidade.

O prefácio à edição, que associa a pesquisa de Coimbra a uma denúncia da retórica da insegurança, equipara a atualidade do livro à denúncia constante de relatores especiais e de organizações internacionais, referente à prática sistemática e difundida da tortura no Brasil e outras violações gravíssimas aos direitos humanos. Coimbra explicita que sua pesquisa identifica as múltiplas conexões entre mídia, “classes perigosas”, “território dos pobres” e “guerra civil” como parte da realidade das grandes cidades e também como parte de temas — principalmente, no que tange sua conclusão, o tema dos direitos humanos — ausentes da maioria dos cursos de graduação e nas pesquisas de extensão universitárias. Hoje, as universidades, institutos de pesquisa, cursos e programas especialmente criados para formação de gestores e especialistas em segurança, ampliam alianças com polícia e setores do governo para produção de novos projetos de segurança, prisões-modelo e gestão de soluções. Ao contrário desse tipo de produção, a pesquisa e publicação de Coimbra é atravessada por um instrumento analítico que perscruta estratégias, tecnologias e corpos investidos e incitados pelo governo. Explicita as míserias da seletividade e a intensidade da contenção e gestão de grupos pobres que encenam, também, astuciosa indignação e adesão em nome da defesa da sociedade.